

A CABEÇA BRANCA DA HIDRA E SEUS PÂNTANOS: SUBSÍDIOS PARA UMA GEOGRAFIA DA HISTÓRIA DA AMAZÔNIA MARANHENSE, E PARA NOVAS PESQUISAS SOBRE COMUNIDADES INDÍGENAS, QUILOMBOLAS, E CAMPONESAS

István van Deursen Varga

Graduação em Medicina (UNIFESP, 1983), Mestrado em Antropologia Social (USP, 1995), Doutorado/pós-doutorado em Saúde Pública (USP, 2002/2003)

Universidade Federal do Maranhão

ivarga@uol.com.br

Raimundo Luís Silva Cardoso

Graduação em Enfermagem (UFMA, 2003), Mestrado em Saúde e Ambiente (UFMA, 2011)

Universidade Federal do Maranhão

railusca@gmail.com

palavras-chave: quilombolas, indígenas, alianças interétnicas

A importância geopolítica da região hoje denominada estado do Maranhão, para as então potências europeias, devia-se, no período colonial, às conveniências que sua costa oferecia ao acesso das embarcações provenientes do Atlântico Norte. Essa importância mede-se pelas intenções do projeto francês de, já no século XVII, ali fundar a chamada “França Equinocial”. Os franceses permaneceram no Maranhão de 1612 a 1615, quando foram expulsos pelos portugueses.

A inicialmente denominada Capitania do Maranhão foi instituída por Dom João III, então Rei de Portugal e Algarves, em 11 de março de 1535. Em 13 de junho de 1621 era renomeada e promovida a Estado do Maranhão, por sua vez renomeado Estado do Maranhão e Grão-Pará em 1654, Estado do Grão-Pará e Maranhão em 1751, vindo a ser novamente subdividido, em 1772, no Estado do Maranhão e Piauí, e no Estado do Grão Pará e Rio Negro. Em 1774, era novamente renomeado e tornado à condição de Capitania do Maranhão. Renomeada Província do Maranhão, em 28 de fevereiro de 1821 e, finalmente, Estado do Maranhão, em 1889.

Este Maranhão desempenhou, desde o início da colonização portuguesa, o papel de “porta de entrada” de várias frentes de expansão dessa sociedade em formação sobre a Amazônia. São Luís se tornou, por mais de um século, a base política e logística,

portanto, de todo o planejamento das conquistas portuguesas de territórios a oeste, pela Amazônia afora.

Durante o período colonial, o povoamento da Amazônia (inclusive de sua porção maranhense) deu-se ao longo das faixas e corredores formados pelas principais vias de transporte: o mar e os rios.

A estratégia de conquista e consolidação de territórios adotada pelos portugueses, durante o século XVII, foi a do povoamento numa faixa acessível por mar, ao longo do litoral: assim deram-se as sucessivas fundações de São Luís (1612) e Alcântara (1648).

A região atualmente denominada Amazônia Maranhense inclui uma faixa de terra a noroeste do Maranhão, à fronteira com o atual estado do Pará – o interflúvio entre os rios Gurupi e Turiaçu – cuja administração esteve a cargo da então Capitania, depois Estado do Grão-Pará e Estado do Pará, de 1772 a 1852 (cuja fronteira com o Estado do Maranhão definia-se, na época, pela calha do rio Turiaçu), quando passou à administração da Província do Maranhão, e se estabeleceu a fronteira (que até hoje vigora), com o do Pará, na calha do rio Gurupi.

Alguns primeiros relatos conhecidos sobre a formação e/ou presença de quilombos no então Estado do Maranhão-Grão Pará referiam-se, com destaque, à região das matas entre as bacias dos rios Gurupi e Turiaçu, e datam do início do século XVIII, fazendo alusão a comunidades ali estabelecidas já de longa data, o que sugere que tenham se formado ao final do século XVII¹.

Ao longo da última década do século XVII, enquanto as frentes de expansão açucareira e algodoeira expandiam-se na foz do Itapecuru (onde havia sido fundada Rosário, em 1716) e interiorizavam-se, tomando o curso do rio acima (onde, em 1730, havia sido fundada Caxias), proliferariam as revoltas, fugas e reagrupamento de escravos africanos em torno dos quilombos, por todo o Brasil e pelo Maranhão-Grão Pará.

Do mesmo modo, mais especificamente na região em questão, intensificava-se a formação de redutos e comunidades quilombolas de escravos fugidos das fazendas e engenhos de cana-de-açúcar do litoral de Santa Helena, para as matas das cabeceiras e do alto curso do rio Turiaçu.

¹ Gomes, F.S., 1997.

No contexto da intensificação da repressão às rebeliões de escravos, a Ordem Régia de 1699 isentava de punição legal àqueles que matassem quilombolas; tornava-se, assim, cada vez mais perigoso, para negros livres, habitar em regiões ermas, pois poderiam ser confundidos com quilombolas.

No Maranhão registrava-se, em 1700, a presença de vários quilombos nas matas de Codó, nos vales do Turiaçu e no alto Mearim.

Face às notícias de descoberta de ouro pelos quilombolas, no leito do rio Maracaçumé, a Carta Régia de 31 de maio de 1730 determinava que “...‘os povos desta Capitania não se entendessem com minas, e se aplicassem à agricultura, que é o que mais lhes convinha.’” (MARQUES 1970, p. 498). Esse ouro era utilizado, pelas comunidades quilombolas, em trocas por alguns artigos indispensáveis aos quilombos (entre os quais a pólvora), juntos às vilas e comerciantes regionais (CLEARY, trad. MALM, 1992).

Na segunda metade do século XVIII, grandes levadas de vaqueiros provenientes do Ceará e da Bahia foram atraídas ao então Estado do Grão-Pará e Maranhão. Esse processo de migração à região passa a ser incentivado pelas políticas de governo, a fim de forçar a integração da Província ao modelo de produção baseado no latifúndio, na pecuária extensiva e na monocultura (da cana-de-açúcar e do algodão).

Ao final da primeira década do século XIX (1810) intensificavam-se as fugas de grupos de escravos africanos das colônias no litoral para as matas do Turiaçu, ali formando vários quilombos (que, por sua vez, deram origem a localidades que até hoje existem: Itamauari, Camiranga, Chega-Tudo, Jibóia, Limão, Cipoeiro).

Também em meados do século XIX, outros grupos indígenas para lá migraram a partir do leste, da região dos rios Pindaré e Caru (*Tenetehara*), e do oeste, da região do baixo Tocantins (*Awa, Ka'apor*).

Há indícios históricos de que esses indígenas e quilombolas cultivaram relações amistosas; por muitas décadas, a aliança entre eles manteve afastadas daquelas matas as expedições de desbravamento e retaliação organizadas pela sociedade envolvente (CLEARY, trad. MALM, 1992).

Essa proximidade cultural entre os quilombolas e os *Ka'apor* pode ser identificada nas flechas *Ka'apor*, na época, confeccionadas com pontas de metal (tecnologia quilombola).

Em 1815, Frei Luís Zagalo, vindo de Caiena, chegava a Belém, divulgando o ideário da revolução francesa, inclusive entre os escravos, dando início a um processo de efervescência política que culminaria na revolta da Cabanagem, em 1835 (cf. DI PAOLO, 1985).

Alastrando-se rápida e profundamente ao longo da rede de rios e “furos” amazônicos, a Cabanagem assumiu grandes proporções e chegou a tomar o poder nas maiores vilas e povoados, inclusive na capital, Belém. A maioria dos grupos cabanos rebelados rendia-se em 1840, e suas principais lideranças também foram anistiadas, mas foram obrigadas a cumprir degredos de vários anos em outras cidades.

Dadas as diferenças já então marcantes entre os tecidos das relações sociais desenvolvidas no Maranhão e no Pará, a Cabanagem teve desdobramentos muito diferentes dos da Balaiada: no Pará, o missionismo capuchinho e a economia extrativista propiciaram a consolidação de um convívio mais intenso, menos desigual e mais pacífico entre índios e regionais, de modo que as alianças entre os diversos grupos rebelados adquiriu uma capilaridade muito maior, ao longo dos rios, permitindo a grande e rápida difusão do movimento e aumento de seus contingentes, com massiva participação dos índios.

Neste período, grandes grupamentos de índios *Ka'apor* e vários grupos menores de *Awa*, provenientes da margem direita da bacia do Amazonas, no movimento de fuga dos conflitos da Cabanagem, atravessaram o rio Gurupi e vieram instalar-se também nas matas das cabeceiras e alto curso do Turiaçu.

Os chamados “Urubu-*Ka'apor*” (autodenominados “*Ka'apor*”, “habitantes da mata”), assim como os chamados “Guajá” (auto-denominados *Awa*, “gente verdadeira”) são grupos que se supõe descenderem do que teria sido, até o início do século XVI, um complexo mais homogêneo de vários grupos do tronco linguístico Tupi, habitantes da região do baixo Amazonas. Os sucessivos massacres e as epidemias, que marcam a história das campanhas portuguesas e brasileiras de conquista da Amazônia, teriam causado sua grande redução populacional, com muitos casos de

extinção de grupos inteiros e a dispersão dos sobreviventes, ao longo dos séculos seguintes².

De acordo com o que pesquisas etno-históricas puderam apurar até o momento, os *Awa* e os *Ka'apor* habitavam a região do baixo Tocantins e médio Moju (atual Estado do Pará) quando, em meados do século XIX, buscando terras mais tranqüilas e a salvo dos conflitos ligados, à época, à Cabanagem, iniciaram um longo período de migração para o leste³.

Os *Ka'apor* teriam ocupado os afluentes da margem direita do Gurupi, e seu interflúvio com a bacia do rio Turiaçu (Maranhão), durante a segunda metade do século XIX, instalando-se no topo dos montes e nas cabeceiras dos igarapés.

Os *Tenetehara* (sempre fugindo, inicialmente dos portugueses caçadores de escravos, depois dos fazendeiros e senhores de engenho, do servilismo e do controle praticado pelos jesuítas em seus aldeamentos), em meados do século XIX, diante da frente pecuarista, que tendo já tomado todo o sul do Maranhão passava a se expandir rumo ao norte, decidem por uma grande cisão histórica: parte dos *Tenetehara* migraram para as matas do oeste, enquanto os demais permaneceram ocupando os vales e o interflúvio entre os rios Mearim e Grajaú (*Guajajara*), expondo-se, assim, às conseqüências de um convívio mais precoce com a frente pecuarista e as demais sucessivas frentes de expansão da sociedade envolvente.

Os *Tenetehara* (*Tembê*), vindos do médio e alto curso do rio Pindaré, afastando-se da frente pecuarista em expansão pelo sul, ocuparam as margens dos rios Turiaçu e Gurupi, mais propícias à lavoura, tornando-se, assim, vizinhos dos *Ka'apor*, dos *Awá* e das comunidades quilombolas espalhadas pelas matas da região. Tendo optado por terras de mais fácil manejo para a agricultura, os *Tembê* tornaram-se mais suscetíveis à sedentarização e ao contato permanente com a sociedade envolvente, enquanto os *Awa* e *Ka'apor* prosseguiram nômades (“arredios”, segundo o órgão indigenista oficial de então).

Em 1838 iniciava-se no Maranhão, a Balaiada. A rebelião se desencadeou no vale do Itapecuru (em que, à época, cerca de 80% da população era de escravos africanos – cf. SANTOS, 1983), tendo como principais líderes Manuel Francisco dos Anjos

² Gomes, M.P., 1989.

³ Sales, 1993.

Ferreira (o “Balaião”), o vaqueiro Raimundo Vieira Gomes Jutai e o negro liberto Cosme Bento das Chagas (que se intitulou “Imperador e Tutor das Liberdades Bem-te-vis”), que comandaram a ocupação a cidade de Caxias, onde estabeleceram um governo provisório (exigindo a revogação da lei que organizara a Guarda Nacional, processo regular para os presos políticos, anistia para os rebeldes, e expulsão dos portugueses natos). O processo rapidamente se expandiu para o Piauí e o Ceará e, para sufocá-lo, foi enviado ao Maranhão o então Coronel Luís Alves de Lima e Silva.

O Cel. Luís Alves de Lima e Silva recorreu a diversas táticas, no bojo de uma estratégia que visava, basicamente, dividir e isolar as forças rebeladas: acenar com a perspectiva de anistia aos fazendeiros e políticos envolvidos, promover o isolamento dos quilombolas liderados por Cosme Bento das Chagas (utilizando-se do temor que despertavam junto aos próprios fazendeiros rebelados – cf. SANTOS, 1983), e o aliciamento dos *Guajajara* do Pindaré, através da instalação da Colônia São Pedro do Pindaré, para evitar que se somassem ao movimento e para configurar um território de segurança no vale deste rio. O movimento foi definitivamente sufocado em 1841, com a retomada da cidade de Caxias, o que valeu ao Cel. Luís Alves de Lima e Silva o título de Barão de Caxias.

O ano de 1840 representou um marco na retomada, já no contexto imperial, do incremento da política clientelística para com os *Guajajara*, herdada do período pombalino. Neste ano, o Tenente-Coronel do Imperial Corpo de Engenheiros, Fernando Luis Ferreira, foi enviado ao baixo Pindaré, pelo Coronel Luís Alves de Lima e Silva (futuro Barão e Duque de Caxias, então no comando das tropas que combatiam a Balaiada), para elaborar e colocar em execução um “plano de civilização” para os *Guajajara*, visando assegurar a defesa da região contra incursões dos rebelados, e que os índios não viessem a aderir a eles. Este plano resultou na criação da Colônia São Pedro do Pindaré (Marques 1970, p. 206). Várias outras “colônias” viriam a ser criadas nos anos seguintes, abrangendo outros grupos *Guajajara*: Colônia Januária (1854), Aratauhy Grande, Palmeira Torta e Dous Braços (entre 1870 e 1873).

A Cabanagem constituiu-se, no entanto, num movimento de envergadura muito maior que a Balaiada, e os cabanos, à diferença do que ocorreu no Maranhão, chegaram a tomar o poder na capital e da Província. Há várias estimativas quanto ao número de

mortos na Balaiada. O próprio Cel. Luís Alves de Lima e Silva registrou suas estimativas, em seu relatório de passagem do comando das armas e da presidência da Província, em 13 de maio de 1841 (num discurso que expressava as representações da elite local de fazendeiros, reafirmada em sua hegemonia pela vitória da “Divisão Pacificadora do Norte”, sob seu comando):

“Se calcularmos em mil os seus mortos pela guerra, fome e peste, sendo o número dos capturados e apresentados durante o meu governo de quatro mil, e para mais de três mil os que reduzidos a fome e cercados foram obrigados a depor as armas depois da publicação do decreto da anistia, temos pelo menos oito mil rebeldes; se a estes adicionarmos três mil negros aquilombados sob a direção do infame Cosme os quais só de rapina viviam, assolando e despovoando as fazendas, temos onze mil bandidos, que com as nossas tropas lutaram, e dos quais houvesmos completa vitória. Este cálculo é para menos e não para mais: toda esta província o sabe.” (citado por ALMEIDA, A. W. B, 1983, pp. 94-95)

Há consenso quanto ao fato do número de vítimas e do impacto econômico e político da Balaiada terem sido muito menores que os da Cabanagem. DI PAOLO (1985, p. 352), estima em mais de 30.000 o número de mortos na revolução Cabana, quando a população de toda a Amazônia estava estimada, na época, em cerca de 100.000 pessoas (e a de Belém, em cerca de 15.000 pessoas).

Sempre citado como um dos maiores focos de escravatura brasileiros, sobretudo dos chamados “Trato da Alta Guiné” e “Trato da Costa da Mina”⁴, no Maranhão, a entrada de escravos africanos dava-se, além do porto de São Luís e das frentes pecuaristas vindas do leste e sudeste (da Bahia em direção à Vila de Aldeias Altas de Caxias), também pelos portos de Turiaçu e arredores, que se constituíram numa das mais importantes regiões de desembarque do tráfico clandestino de escravos⁵, perdurando muito ativa mesmo após a Lei Euzébio de Queirós, de 1850, que proibira seu tráfico transatlântico. Isso resultou que, nessa região, também se formasse grande número de combativas comunidades quilombolas, que terminaram por se encontrar e/ou confrontar com grupos *Ka’apor*, *Timbira* e *Tenetehara* que, à mesma época, buscaram abrigo e perambulavam pelas mesmas matas⁶.

⁴ ALENCASTRO, 2000, p. 250.

⁵ contingentes estes não quantificados nas estatísticas publicadas por diversos autores – cf. CENTRO DE CULTURA NEGRA DO MARANHÃO, SOCIEDADE MARANHENSE DE DIREITOS HUMANOS, 2002.

⁶ SALES, *op. cit.*; GOMES, F.S., *op. cit.*.

Estes encontros frequentemente resultavam em escaramuças, por vezes verdadeiras chacinas, especialmente entre os *Ka'apor* e grupos quilombolas, estes buscando se (re)agrupar após os ataques das tropas do governo enviadas para destruí-los, aqueles buscando demarcar e desintrusar seu território na região. Os *Tenetehara* e os *Timbira* optaram por evitar estes confrontos e atravessaram o Gurupi, fixando-se, inicialmente, em sua margem esquerda, rapidamente aliando-se e miscigenando-se com as comunidades quilombolas já ali estabelecidas (inclusive em fuga dos ataques *Ka'apor*), como na de Itamoary⁷.

Entre 1850 e 1885, no contexto da aplicação da “Lei de Terras” e do ciclo da borracha (1850-1912)⁸, configurava-se o 3º surto político-econômico no Maranhão e no Pará, ao longo do qual a administração imperial, no Maranhão, buscou reafirmar a vocação agrícola da província, reorganizando e incrementando sua produção, enquanto, no Pará, os investimentos deram-se na expansão do extrativismo amazônico, em grande escala (re-impulsionado pelo primeiro ciclo da borracha), e na consolidação de Belém como centro comercial intermediário da Amazônia com o capital internacional.

Em meados do século XIX, talvez buscando se afastar das batalhas e escaramuças promovidas pelas campanhas militares contra as comunidades quilombolas na região, os *Tembé* atravessavam o rio Gurupi, passando a habitar terras do estado do Pará (cf. Sales, 1993).

Em 1853 consumava-se a destruição dos quilombos nas matas do Turiaçu e na comarca do Alto Mearim e, ao longo de toda a segunda metade do século XIX, recrudesceram, no Maranhão, a repressão e os ataques aos quilombos, enquanto aprofundava-se o sentimento elitista e racista (sobretudo anti-africano) também na sociedade maranhense, hegemônica pelos fazendeiros: este sentimento expressa-se, por exemplo, nas descrições dos grupos indígenas arredios e populações livres dos sertões (caboclos e quilombolas), frequentemente caracterizados como “fascinorosos” a viver na “ociosidade” e na “indolência”, nos documentos e nas várias “memórias” sobre

⁷ *Idem; ibidem.*

⁸ Em 1839 Charles Goodyear desenvolveu o processo de vulcanização, e o aumento da demanda por borracha no mercado internacional já fazia-se sentir no Pará e no Maranhão; o pico da demanda ocorreria, no entanto, a partir de 1888, com a expansão da indústria automobilística e a invenção do pneu de borracha (COELHO, 1991, p. 84).

a província, produzidas por diversos autores, ao longo do século XIX (ALMEIDA, A.W.B. 1983, pp. 36, 170)⁹.

Enquanto as políticas de desenvolvimento praticadas pelos sucessivos governos brasileiros, desde o I Império, continuavam a atrair ao Maranhão levas de lavradores nordestinos, nos rastros da boiada, a aplicação da Lei de Terras de 1850 e a consolidação e expansão do modelo agrário praticado no Nordeste – latifundiário, das monoculturas destinadas à exportação (cana de açúcar e algodão, sucessivamente) e da pecuária extensiva – gerou um quadro social alarmante, com o desalojamento e expulsão de milhares de lavradores sem-terra da região.

Em 1853, o governo da Província e suas elites retomavam a guerra sistemática aos quilombos nas matas do Turiaçu e na comarca do Alto Mearim.

A partir de 1860, a desorganização na produção e exportação dos algodoads do sul dos Estados Unidos, em consequência da Guerra de Secessão (1860-65), alavancava um novo e curto surto algodoeiro no Maranhão, que entrava em recesso logo da reorganização da cotonicultura americana, já em 1872 (ALMEIDA, A.W.B., 1983, p. 159). O novo surto algodoeiro no Maranhão seria acompanhado, ao longo da década, por vários levantes indígenas e pelo recrudescimento da guerra com os quilombola.

Imbiral e Cabeça Branca

Apresentamos, a partir deste ponto, uma síntese de resultados de pesquisas de campo recentes, publicados, em 2019, na Revista de História¹⁰.

Flávio dos Santos Gomes intitulou sua tese de doutorado sobre quilombos e mocambos no Brasil (séc. XVII-XIX)¹¹ com a expressão “A Hidra e os pântanos”, por referência à alegoria ao mito grego da Hidra de Lerna (derrotada por Hércules no

⁹ o auto do bumba-meu-boi do Maranhão também reproduz fielmente esse sentimento, a estrutura, e as correlações entre os estamentos da sociedade agrária maranhense, no bojo do sistema de “patronagem” ou “clientelismo” que a vem caracterizando desde meados do século XVIII (época em que, segundo consta, surgia o folguedo): o preto Chico, ladino, para atender aos caprichos de sua mulher grávida, Catirina (que desejou comer língua de boi), mata o melhor boi do patrão. O fazendeiro envia os vaqueiros e batalhões de índios a seu serviço no encaço de Chico. Os índios e os vaqueiros prendem e espancam Chico que, depois de apanhar bastante, termina sendo poupado e perdoado pelo sempre bom e belo patrão.

¹⁰ rev. hist. (São Paulo), n.178, a07217, 2019 <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2019.138543>.

¹¹ Subtítulo de sua tese.

pântano em que habitava), utilizado no despacho do Ministério da Justiça ao Presidente da Província do Maranhão, datado de 21 de agosto de 1867, para referir-se às redes de comunicação e alianças estabelecidas entre quilombolas, indígenas e seus colaboradores na região, que ele recomendava fossem urgentemente aniquiladas “por meio de ferro e fogo” e lhes fossem removidas as cabeças¹².

A representação enviada pela Câmara Municipal de Pinheiro ao Presidente da Província, em 15/7/1867, menciona explicitamente o “lugar Cabeça Branca” como principal foco da rebelião quilombola-indígena que se avizinhava:

Este município (...) jamais supôs que tão de próximo podesse temer a invazão de malfeitores, em que soem ser convertidos os escravos, quando desenfreados abandonão os lares de seus senhores, e o que hé mais que este mal fosse ainda agravado pelo receio de igual invazão por parte dos índios Gamelas, que demorando no lugar Cabeça Branca deste município, além das trepolias que cometem quase diariamente nas proximidades da sua residencia, ameação a cada momento invadir esta Villa.¹³

As pesquisas que vimos desenvolvendo indicam que esta localidade foi, efetivamente, de grande importância na construção da aliança que se estabeleceu entre grupos e comunidades quilombolas, Gamela e *Ka'apor* na região, como veremos a seguir.

A geografia e a cobertura vegetal de Cabeça Branca a tornaram estratégica para este encontro interétnico entre grupos Gamela, *Ka'apor* e quilombolas, no (re)conhecimento de, e troca de informações sobre, seus inimigos comuns na região e no plano nacional, e na deliberação sobre a conveniência do ano de 1867 para um ataque armado conjunto às fazendas de Pinheiro e Viana, em função da conjuntura excepcionalmente favorecida pelo deslocamento de tropas de todo o país e da região para o *front* da guerra com o Paraguai.¹⁴

Conforme depoimentos por nós colhidos em Imbiral¹⁵ (comunidade vizinha a Cabeça Branca), o nome se deve a uma “encantaria” que ali apareceria frequentemente,

¹² GOMES, F.S. *op. cit.*, p. 193.

¹³ REPRESENTAÇÃO da Câmara Municipal de Pinheiro ao Ilm^o. e Exm^o. Sr. Dr. Franklin Américo de Menezes Doria, presidente da Província, em 15 de julho de 1867. Doc. Avulso. Arquivo Público do Estado do Maranhão (*idem*, p. 59-60).

¹⁴ GOMES, F. S., *idem*, p. 358, 359, 441.

¹⁵ Depoimentos colhidos em atividades de campo realizadas nos projetos Comunidades quilombolas e indígenas entre as bacias dos rios Turiaçu e Gurupi: construindo agendas comuns, pela qualidade de vida, e Qualidade de vida e controle da hipertensão arterial em comunidades quilombolas no Maranhão, ambos

à noite, à entrada de um emaranhado de braços de lagoa e igarapés, no atualmente denominado povoado Imbiral Cabeça-Branca: uma misteriosa esfera branca, pouco maior que uma cabeça humana, que pairava a cerca de dois metros de altura sobre as águas dos igarapés e dessa grande lagoa de margens sinuosas, acidentadas e cheias de vegetação alta, habitada por gigantescas sucuris, criando ali um ambiente assustador e de fortes “visagens”, conforme me informaram seus moradores.¹⁶ O nome Imbiral derivaria da grande quantidade que também ali havia de árvores com casca, das quais os indígenas e quilombolas retiravam as “enviras” (tiras das cascas mais resistentes) para os mais diversos usos. Essa lagoa formava uma barreira natural aparentemente intransponível para as expedições militares vindas de qualquer direção para atacar as comunidades ali instaladas.

Ainda segundo esses depoimentos de habitantes de Imbiral, várias comunidades quilombolas (entre as quais São Benedito do Céu, seu centro de referência, como na Insurreição de Viana)¹⁷ e indígenas (Gamela e Ka’apor) se distribuíam e conviviam às margens desse emaranhado de igarapés e da lagoa, partilhando dos produtos da caça e da pesca, e de grandes pomares e roças comuns, afamadas à época (especialmente a de fumo e a de café), comunicando-se, miscigenando-se, realizando atividades produtivas (entre elas, segundo Sr. Luís Carlos Teixeira, os Gamela e Ka’apor ajudavam no trato do cafezal dos quilombolas, os quilombolas no trato do fumaço dos Gamela e Ka’apor)¹⁸, rituais religiosos e ações militares conjuntas – e rápidos e silenciosos deslocamentos em massa, quando necessário, por meio de passagens camufladas por baixo da vegetação, de um lado a outro da lagoa, na dependência da direção de que vinham os inimigos.

com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA).

¹⁶ Arquivos em vídeo do projeto Qualidade de vida e controle da hipertensão arterial em comunidades quilombolas, no Maranhão. Entrevista registrada em vídeo com sra. Servina Silva (filha do sr. Olegário Meireles que será mencionado em depoimentos citados adiante, inclusive colhidos por outros autores) e Luís Carlos Teixeira (conhecido como Luís Lopes), realizada na Unidade Escolar Boa Esperança da comunidade Imbiral, em Pedro do Rosário/MA, aos 27 de dezembro de 2015. Núcleo de Extensão e Pesquisa com Populações e Comunidades Rurais, Negras, Quilombolas e Indígenas (NuRuNI). Apoio Fapema. Edital Fapema 006/2015 TECS.

¹⁷ cf. ARAÚJO, M., 2014.

¹⁸ Arquivos em vídeo do projeto Qualidade de vida e controle da hipertensão arterial em comunidades quilombolas no Maranhão. Entrevista registrada em vídeo com Luís Carlos Teixeira, realizada na Unidade Escolar Boa Esperança da comunidade Imbiral, em Pedro do Rosário/MA, aos 27 de dezembro de 2015. Núcleo de Extensão e Pesquisa com Populações e Comunidades Rurais, Negras, Quilombolas e Indígenas (NuRuNI). Apoio FAPEMA. Edital Fapema 006/2015 TECS.

Os batedores da tropa para lá enviada em 1874 com o objetivo de exterminar os quilombos denominados Braço do Laranjal e São Sebastião, formados pelos fugitivos da destruição de São Benedito do Céu, localizaram, nas imediações das ruínas deste, uma longa trilha com sinais de que ainda vinha sendo utilizada pelos quilombolas, que chegava à beira do rio Tury no lugar denominado Pedreiras, dali dando rápido acesso aos lagos de Capivari e de Viana¹⁹ – o que reafirma a conveniência da geografia da região para abrigar o centro tático da Insurreição de Viana.

Segundo depoimentos colhidos em Imbiral,²⁰ a sapopemba de uma grande laranjeira às margens da lagoa, à qual se dependurava uma barra de ferro (na localidade atualmente denominada Pau Ferrado), servia de instrumento de emissão do aviso de chegada de visitantes ou de alerta na aproximação de forças inimigas – avisos recebidos e retransmitidos, à distância, em outra localidade, ainda hoje denominada Escuta. As maneiras como se percutiam as raízes da árvore com a barra de ferro indicavam tanto a presença de visitantes atravessando a lagoa como a direção, o tamanho e o tipo de ameaça a caminho – e as direções que deveriam ser tomadas, portanto, como rota de fuga ou pelas forças de retaguarda e contra-ataque. Foram provavelmente estes dispositivos de camuflagem, conjugados a vários outros, arranjados/adaptados pelos quilombolas e indígenas em Cabeça Branca e em outros locais de seus territórios, que permitiram a rápida evacuação prévia dos habitantes de São Benedito do Céu nos sucessivos ataques das tropas enviadas para destruí-lo,²¹ frustrando seu principal objetivo: cortar as cabeças da “Hydra”, aprisionando ou matando todos os seus líderes.

Conforme depoimentos que colhemos em Imbiral,²² as comunidades indígenas/quilombolas ali instaladas deram origem aos seguintes atuais povoados: Jandiá (originalmente formado por quilombolas e Gamela), Roque (formado por

¹⁹ Cf. GOMES, F.S., *op. cit.*, p. 359.

²⁰ Arquivos em vídeo do projeto Qualidade de vida e controle da hipertensão arterial em comunidades quilombolas no Maranhão. Entrevista registrada em vídeo com sr. Luís Carlos Teixeira, realizada na Unidade Escolar Boa Esperança da comunidade Imbiral, em Pedro do Rosário/MA, aos 27 de dezembro de 2015.

²¹ Conforme relatam ARAÚJO, 2014, e GOMES, F.S., *op. cit.*.

²² Arquivos em vídeo do projeto Qualidade de vida e controle da hipertensão arterial em comunidades quilombolas no Maranhão. Entrevista registrada em vídeo com Luís Carlos Teixeira, realizada na Unidade Escolar Boa Esperança, da comunidade Imbiral, em Pedro do Rosário/MA, aos 27 de dezembro de 2015. Núcleo de Extensão e Pesquisa com Populações e Comunidades Rurais, Negras, Quilombolas e Indígenas (NuRuNI). Apoio Fapema. Edital Fapema 006/2015 TECS.

Gamela e quilombolas), Capoeira Grande (formado por Ka’apor, com presença de pajé/feiticeiro), Imbiral (formado por Gamela e quilombolas), Cabeça Branca (formado por quilombolas e Ka’apor), Limeira (formado por Gamela com os por eles chamados “índios fule”, descendentes de Ka’apor e quilombolas) e Pimenta (formado por indígenas vindos posteriormente do Amazonas, de etnia desconhecida, trazidos pelos portugueses para trabalhar em seus canaviais), onde teria havido um grande cafezal em localidade chamada Três Furos.

Estes depoimentos reforçam outros, por nós colhidos entre os Ka’apor da Terra Indígena Alto Turiaçu²³, reafirmando essa memória comum de relatos de antepassados acerca da conveniência, especialmente das lagoas e rios largos e piscosos da região, frequentados por grupos indígenas e quilombolas (que ali podiam se avistar e se comunicar a distância segura para evitar eventuais ataques mútuos a flecha) para o estabelecimento de contatos e início de relacionamentos interétnicos amistosos.

Além do convívio amistoso entre quilombolas e indígenas, do acesso comum e fácil à pesca, caça, produtos de coleta e minas de ouro (cuja produção lhes permitia comprar itens essenciais como pólvora, sal, facas e armas, de comerciantes locais), da miscigenação e de cooperação no trato de roças e em estratégias militares conjuntas, experimentados, sobretudo, em São Benedito do Céu – as muitas “casas de santo” ali encontradas e em vários outros quilombos destruídos (como em São Sebastião e em Limoeiro, algumas contendo, inclusive, artefatos indígenas e plantas de uso sagrado e/ou medicinal em seus “assentamentos”), atestam a vitalidade e a profundidade dessas alianças e de seus produtos culturais como registra a descrição de 24 de janeiro de 1878 de João Manoel da Cunha, comandante da primeira expedição militar enviada para exterminar o quilombo Limoeiro:

(...) têm 91 casas, em cada uma morando três, quatro e cinco pretos com suas mulheres e filhos, e tem mais duas casas destinadas à oração, a que chamam casas de santos; sendo uma com imagens de Santos, e outra onde encontramos figuras extravagantes feitas de madeira, cabaças com ervas podres e uma porção de pedras de que em tempos muito remotos os indígenas se serviam como machados, as quais a maior parte dos mocambeiros venera

²³ Arquivos em vídeo do projeto Comunidades quilombolas e indígenas entre as bacias dos rios Turiaçu e Gurupi, construindo agendas comuns, pela qualidade de vida. Entrevista registrada em vídeo com Valdemar Ka’apor, aos 24 de fevereiro de 2015, na então casa de apoio da Associação Ka’apor Ta Hury do rio Gurupi, em Zé Doca/MA. Núcleo de Extensão e Pesquisa com Populações e Comunidades Rurais, Negras, Quilombolas e Indígenas (NuRuNI). Apoio Fapema (Edital Fapema 022/2013 AEXT).

com a invocação de Santa Bárbara, porém, não passa tudo isto de uma casa de pajés.²⁴

O capitão Feliciano Xavier Freire Jr., comandante da segunda expedição militar enviada para exterminar os remanescentes do primeiro ataque ao quilombo Limoeiro, em 22 de maio de 1878, descreveu o que designou como “festa de pajés” que teria ali presenciado de um esconderijo, antes do início do ataque, em que seu então líder, Estevão, em transe, retransmitia revelações de Santa Bárbara.²⁵

Darcy Ribeiro registrou e comentou, em vários pontos de Diários Índios, que os Ka’apor teriam perdido seus próprios pajés e pajelança, buscando-os, na época, entre os Tembé/Tenetehara²⁶ – comentário que me parece válido até nossos dias: os Ka’apor têm recorrido, atualmente, a um terreiro de pajelança²⁷ em um dos municípios da Baixada. Já os Gamela de Imbiral, ao contrário, mantém viva sua pajelança. Meu principal interlocutor nesta comunidade, Sr. Luís Carlos Teixeira, “trabalha com pajelança”, com barracão ali instalado e longa história de muitos serviços demandados e prestados a pessoas e comunidades na região e em várias outras do estado.

Considerações finais e propostas

Visitamos pessoalmente as ruínas de São Benedito do Céu, acompanhados de Sr. Luís Carlos Teixeira e de um de seus filhos: estão tomadas pela mata, mas os esteios das casas e algumas das trilhas antigas utilizadas por índios e quilombolas ainda são bem visíveis, e podem ser facilmente recuperadas. Ainda se encontram vestígios do antigo cafezal dos quilombolas e do fumul dos índios, inclusive.

Além desses esteios, e das trilhas e vestígios de antigas roças, a geografia toda daquele território também está permeada de história e de acidentes de grande interesse, como rapidamente descrevemos acima.

²⁴ Relatório de João Manoel da Cunha sobre a primeira invasão do quilombo Limoeiro, 24 de janeiro de 1878. *Apud* GOMES, F.S., *op. cit.*, p. 427-428.

²⁵ *Idem*, p. 428.

²⁶ RIBEIRO, 1996, p. 419, 486-487, 600.

²⁷ Trata-se da religião de matriz afro-brasileira, não do xamanismo indígena. Cf. FERRETTI, Mundicarmo Maria Rocha, Tambor, maracá e brincadeiras de negro do Maranhão na virada do século XIX e início do século XX. In: *Idem* (org.). *Um caso de polícia! Pajelança e religiões afro-brasileiras no Maranhão 1876-1977*. São Luís: Editora da Universidade Federal do Maranhão, 2015, p. 13-34; MOTA, Christiane. *Pajés, curadores e encantados – pajelança na Baixada Maranhense*. São Luís: Editora da Universidade Federal do Maranhão, 2009.

Por estes motivos, a exemplo do que a Universidade do Estado da Bahia conseguiu realizar em Canudos/BA (transformando a localidade num museu a céu aberto e em atração cultural e turística, de excelentes qualidades), entendemos ser perfeitamente factível realizar algo semelhante em Imbiral-Cabeça Branca (associando, por exemplo, a ideia de um museu a céu aberto com iniciativas de turismo histórico e ecológico: a região está repleta de trilhas, que percorrem pontos de grande interesse), dada a enorme importância histórica, cultural e ecológica da localidade (importância comparável à do Memorial Palmares, no atual estado de Alagoas), tanto para os movimentos negro e quilombola, como para o movimento indígena no estado do Maranhão – sobretudo na vigência de um Governo de Estado que se pretende popular e vocacionado a estes segmentos sociais.

REFERÊNCIAS

- ALENCASTRO, Luís Felipe. **O Trato dos Viventes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. **A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura do Maranhão**. São Luís: IPES, 1983.
- ARAUJO, Mundinha. **Insurreição de escravos em Viana – 1867**. 3ª edição. São Luís: Maria Raymunda Araujo, 2014.
- CENTRO DE CULTURA NEGRA DO MARANHÃO, SOCIEDADE MARANHENSE DE DIREITOS HUMANOS. **Projeto Vida de Negro. Terras de Preto no Maranhão: quebrando o mito do isolamento**. São Luís: CENTRO DE CULTURA NEGRA DO MARANHÃO, SOCIEDADE MARANHENSE DE DIREITOS HUMANOS, 2002.
- CLEARY, David (trad.: Malm, Virgínia Rodrigues). 1992. **A garimpagem de ouro na Amazônia: uma abordagem antropológica**. – Rio de Janeiro: UFRJ, 1992.
- COELHO, Maria Celia Nunes 1991. **Socioeconomic impacts of the Carajás railroad in Maranhão, Brazil**. Syracuse: Syracuse University/Department of Geography (mimeo – tese de doutorado).

- DI PAOLO, Pasquale. **Cabanagem - a revolução popular na Amazônia**. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1985.
- GOMES, Flávio dos Santos. **A Hidra e os Pântanos: quilombos e mocambos no Brasil (sécs. XVII-XIX)**. 1997. Tese (Doutorado) - UNICAMP, Campinas, 1997
- GOMES, Mércio Pereira. **O povo Guajá e as condições reais para sua sobrevivência**. Mimeo, Rio de Janeiro: mimeo, 1989.
- MARQUES, César Augusto. **Dicionário Histórico e Geográfico da Província do Maranhão**. Rio de Janeiro: Fon-Fon/Seleta, 1970.
- RIBEIRO, Darcy. **Diários Índios: os Urubus-Kaapor**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SALES, Noêmia Pires. **Pressão e resistência dos índios Tembé-Tenetehara do alto rio Guamá e a relação com o território**. Belém: União das Escolas Superiores do Pará/Diretoria de Pesquisa, 1993.
- SANTOS, Maria Januária Vilela. **A Balaiada e a insurreição de escravos no Maranhão**. São Paulo: Ática, 1983.